

Economia chega ao fim do ano muito próxima da recessão

Roberto Rockmann e
Denise Neumann
De São Paulo

A economia brasileira chega ao último trimestre do ano entre a recessão e a estagnação. Pelo conceito clássico, dois trimestres consecutivos de queda no Produto Interno Bruto (PIB) sinalizam uma recessão. No segundo trimestre, o PIB caiu 0,99% em relação ao primeiro, com ajuste sazonal.

Os departamentos econômicos dos bancos WestLB e InterAmerican Express calculam que o produto do terceiro trimestre será menor que o do segundo. Nas contas do WestLB, a queda será de 0,15%, e para o InterAmerican a retração pode chegar a 0,5%. "O risco potencial de recessão existe", diz o economista-chefe do West LB, Nicola Tingas. As duas estimativas são anteriores aos ataques terroristas aos Estados Unidos, 19 dias antes do término do terceiro trimestre.

Nas projeções da MCM Consultores, o PIB do terceiro trimestre deve ficar 0,4% maior que no segundo e apresentar crescimento nulo em relação ao mesmo período do ano passado. "Nesse semestre deveremos, no mínimo, apresentar estagnação, o que aumenta o risco de entrarmos em 2002 com a economia parada", diz o economista-chefe da MCM, Celso Toledo.

A MB Associados calcula que a produção industrial medida pelo IBGE fechará agosto com queda entre 1% e 1,5% sobre agosto de 2000 e repetirá julho (crescimento zero) na comparação dessazonalizada. "Os efeitos do racionamento sobre a atividade ainda não estavam completos e a economia já sofreu um novo abalo", pondera Mônica Baer, economista da MB.

O cenário pessimista desenhado pelos economistas para o fim do ano e para 2002 parte da premissa de que a crise mundial vai afetar o crescimento interno direta e indiretamente. Haverá redução nas exportações e efeitos negativos sobre o balanço de pagamentos.

A queda na vinda de investimentos externos — que devem ficar em US\$ 16 bilhões em 2001 e

entre US\$ 12 bilhões e US\$ 15 bilhões em 2002 — elevará a dependência externa e a necessidade de financiamento do déficit de transações em contas correntes.

A maior vulnerabilidade externa continuará a pressionar o dólar, cuja volatilidade tende a ser agravada pela proximidade das eleições presidenciais. Nesse cenário, o Banco Central deve manter pos-

tura vigilante sobre a política monetária: menos espaço para corte dos juros e mais freio na demanda.

"O cenário externo afeta em cheio o país, complicando de tal forma a capacidade de financiar nosso déficit em conta corrente, que no próximo ano o Brasil pode ter de voltar ao FMI, para pedir mais recursos", diz o economista-chefe do BankBoston, José Anto-

nio Pena. Ele acha que, se o país crescer até 2,5% no próximo ano, já será um ótimo resultado.

A Rosenberg & Associados refez suas previsões e agora espera estagnação econômica em 2002. "Só os recursos do FMI não serão suficientes, será preciso diminuir as importações e elevar as exportações, elevando o saldo comercial para cobrir o déficit no curto

prazo", afirma José Augusto Savasini, sócio da Rosenberg. Ele projeta um déficit em conta corrente de US\$ 21,5 bilhões em 2002, com investimentos externos de apenas US\$ 12 bilhões.

Segundo cálculos do diretor de pesquisas econômicas do BBV Banco, Octavio de Barros, o país deve conseguir financiar 60% do déficit em conta corrente em 2002. O restante teria de ser coberto por endividamento. "Mas a situação brasileira não é diferente da de outros emergentes", comenta. Sua previsão de crescimento para o próximo ano caiu de 3% para 2,2%.

Marcelo Allain, diretor do banco InterAmerican Express, acredita que a economia poderá voltar a crescer no final do primeiro semestre de 2002, acompanhando o movimento da economia americana. O Federal Reserve vai baixar mais os juros e o governo americano vai elevar gastos com defesa. "Meu cenário não é muito pessimista", diz.

Outro problema do câmbio alto é a pressão que exerce sobre custos e a possibilidade de repasse aos preços, mesmo em meio à queda da demanda. Para Savasini, o IPCA deve terminar 2001 em 7,2% e o próximo ano em 9%.

O ex-presidente do BC Gustavo Loyola diz que se o BC perceber que não vai atingir a meta de 3,5% para o IPCA de 2002 por causa dos efeitos da crise externa sobre o câmbio, deve discutir com a sociedade e rever a meta. "Por enquanto o risco de repasse elevado para os preços não está colocado. Mas se ocorrer, talvez seja melhor rever a meta do que impor sacrifícios excessivos à população", observa. O momento, adverte, é excepcional.

Para os economistas, o desaquecimento ainda terá reflexos negativos no emprego. Tingas, do West LB, observa que uma comparação de longo prazo mostra que o desemprego acompanha a queda na produção industrial com defasagem de dois trimestres. Para Luís Afonso Lima, do BBV, a taxa de desemprego em 2002 pode crescer. Para este ano, ele prevê uma taxa de 6,9%, enquanto a massa salarial deve registrar queda de 1%.



O ex-presidente do BC Gustavo Loyola: "Melhor rever a meta de inflação do que impor sacrifícios excessivos"